

O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA INTERNA EM BELO HORIZONTE (SISSEGINT): ANTICOMUNISMO E REPRESSÃO POLÍTICA*

Luiz Fernando Figueiredo Ramos¹

Resumo: Este artigo estuda a importância do imaginário anticomunista do governo militar iniciado em 1964 na formação da identidade dos órgãos de informações e segurança interna. A hipótese levantada é que tal imaginário anticomunista, enquanto parte da identidade dos órgãos de repressão, passa a ser peça fundamental na legitimação da ação contra os movimentos considerados “subversivos” pelo regime de 1964. Para provar esta hipótese será estudado a seção de Belo Horizonte da então chamada “Comunidade de Informações”, do qual o pertenciam o Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGINT) e seus órgãos subordinados: o Destacamento de Operações de Informações (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI).

Palavras Chave: ditadura militar, anticomunismo, informação.

Abstract: This article studies the importance of the imaginary anticomunist of the initiated military government in 1964 in formation of the identity of the agencies of the repression of the area of information and internal security. The hypothesis raised is that such imaginary anticomunist, as part of the repression agencies, became a very important part of the legitimating of the action against the movements considered “subversive” for the regime of 1964. To prove this hypothesis “Community of Information” will be studied the section of Belo Horizonte, belonged to the National System of Internal Security (SISSEGINT) and its subordinated agencies: the Detachment of Operations of Informations (DOI) and the Center of Operations of Internal Defense (CODI).

Keywords: military dictatorship, anticommunism, information.

Introdução

Neste trabalho temos a pretensão de analisar o impacto do anticomunismo na dinâmica institucional dos órgãos de informações e repressão política da ditadura em Belo Horizonte no princípio da década de 1970. mostrar a implementação do SISSEGINT na capital mineira, a cooperação entre os serviços de informações das Forças Armadas e o DOPS/MG, num contexto marcado pelo radicalismo ideológico tanto da direita militar quando das esquerdas revolucionárias urbanas, objetivando entender como a “ameaça guerrilheira” constituiu-se num fator de importância para a implementação dos órgãos de repressão política em Belo Horizonte, mais precisamente o DOI e o CODI.

O imaginário militar sobre o que eles mesmos denominaram de “Guerra

* Este artigo é uma parte de meu trabalho de conclusão de curso de especialização.

1. Especialista em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Revolucionária Comunista”, presente nos manuais da Escola Superior de Guerra (ESG), e em obras de autores que teorizaram sobre as guerras de guerrilhas, será discutido buscando compreender como este imaginário contra-revolucionário possibilitou aos militares construir sua identidade, dar sentido e legitimar a ação repressiva contra os movimentos e pessoas considerados “subversivos”². Entretanto, estudos que abordam esta temática ainda são escassos, os motivos são os mais diversos, militares que trabalharam nesta área geralmente são reclusos e não falam abertamente sobre o tema, ainda há a questão do período ser relativamente recente. Tentarei preencher um pouco esta lacuna com estudo de caso de Belo Horizonte.

Antes mesmo da imposição do Ato Institucional número cinco (AI-5), a chamada Linha Dura militar vinha pressionando o governo por maior rigor nas medidas repressivas, principalmente contra a “subversão”. Com a imposição do AI-5 no final de 1968, estes militares radicais lotados principalmente nos órgãos de segurança e informações tiveram uma maior autonomia para agir contra os movimentos de esquerda.

Mas foi precisamente no ano de 1970, que a ação repressiva da ditadura torna-se mais letal e eficiente do ponto de vista operacional, com a criação do SISSEGINT, cuja maior expressão foram os DOIs e os CODIs, que diferenciavam-se de uma unidade militar convencional, conforme veremos. A partir daí o Exército assume a direção das atividades repressivas, passando as outras forças a ficar teoricamente sob seu comando num esforço conjunto de ação contra as organizações clandestinas de esquerda.

Em Minas Gerais as ações armadas dos grupos de guerrilha urbana não foram tão intensas comparando com o Rio de Janeiro e São Paulo, mas deixaram sua marca. Um dos primeiros grupos de guerrilha urbana do Brasil, o Comando de Libertação Nacional (COLINA), agiu com certa desenvoltura em Belo Horizonte, no início de 1969, promovendo uma série de atentados e assaltos a banco na capital mineira, sendo pouco tempo depois desarticulado pela polícia política. Entre os principais responsáveis pela desarticulação desta organização estava o então coronel Octávio Aguiar de Medeiros, futuro chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) no governo Figueiredo, na época comandante do CPOR/BH (*Jornal Diário da Tarde* 09-01-1969). Outros grupos como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), atuaram em Belo Horizonte até meados de 1972, assaltando bancos e casas de comércio para levantar recursos para a mesma organização no

2. Entendemos que o termo **subversivo** empregado pelos militares tem conotação pejorativa, pois se aplicava a todos aqueles que manifestam qualquer discordância com o regime, independente de oposição armada. Por isso utilizaremos o termo entre aspas.

Rio e em São Paulo, e para estabelecer áreas de guerrilha rural no interior do Estado, principalmente no Norte de Minas.

Como as organizações clandestinas de esquerda agiam em âmbito nacional, a organização da atividade repressiva da ditadura em Minas Gerais, a partir da criação do SISSEGINT, começa a obter resultados satisfatórios na luta contra a “subversão”, quando passa a agir em estreita colaboração com as polícias estaduais, juntamente com os órgãos de informações dos ministérios militares, o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

As principais fontes que utilizei neste trabalho, são imagens do acervo do DOPS de Minas gerais, que estão sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM). Trata-se de documentação produzida pelos órgãos de informações e segurança da ditadura. Entre esta documentação encontramos: Inquéritos Policiais Militares (IPMs), investigações sobre o movimento estudantil, assaltos praticados pela esquerda armada, interrogatório de presos políticos, apreensão de material de conteúdo considerado “subversivo” e trocas de informações entre os órgãos de segurança e informações.

O anticomunismo militar

No Brasil, o acontecimento que cristalizou o sentimento anticomunista entre os militares foi o levante armado dirigido pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) conhecido por “Intentona Comunista” em 1935, que acabou entrando para o calendário cívico das Forças Armadas como uma “verdadeira legenda negra na história” (MOTTA, 2002:76). Mas foi no pós-Segunda Guerra Mundial, em 1949 que o principal centro difusor da ideologia anticomunista a Escola Superior de Guerra (ESG) foi criado. Foi a ESG que instrumentalizou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no Brasil, que foi a ideologia oficial do regime de 1964. A DSN trabalhada pela ESG é todo um conjunto de pressupostos para serem implementados nas diversas instâncias do poder político nacional, trata-se de várias estratégias de caráter político, econômico, psicossocial e militar, nesta doutrina a questão da segurança e do desenvolvimento nacional são fatores intrinsecamente indissociáveis.

A preocupação dos estrategistas militares da ESG, passa a ser com a guerra de guerrilhas principalmente após a Revolução Cubana em 1959, a partir de então grupos guerrilheiros inspirados no exemplo de Cuba começaram a se insurgir em vários cantos do subcontinente. No Brasil a mobilização dos movimentos de massas no governo João Goulart (1961-1964) em torno das reformas de base e da reforma agrária, foram interpretadas pelos militares da ESG e pelas elites empresariais como mobilização para a

guerra revolucionária. Para os estrategistas da ESG, esta era a possível guerra que o Brasil poderia enfrentar. Segundo um dos principais articuladores do golpe civil-militar de 1964 o general Golbery do Couto e Silva :

O que é certo é que a maior probabilidade atualmente é de guerra limitada, de conflito localizado e acima de tudo de agressão comunista indireta, que capitaliza descontentamentos locais, frustrações da miséria e da fome e as justas ansiedades nacionais (...) A América Latina enfrenta, atualmente ameaças mais reais do que em qualquer outro período, ameaças que poderiam resultar em insurreições, tentativas de distúrbios (embora não abertamente) para implantar um governo favorável a ideologia comunista, constituindo um perigo grave e urgente para a unidade e segurança do mundo americano ocidental. (Silva. Geopolítica do Brasil, 1967:198-199)

Desde o Princípio a ESG estava comprometida com a luta anticomunista e tornou-se o “centro do pensamento ideológico relativo a estratégia contra-revolucionária no Brasil”(Stepan, 1975:132), tomando emprestada a racionalização francesa e norte-americana sobre o assunto. Nos manuais da ESG a chamada “Guerra Revolucionária Comunista” era um instrumento do “comunismo Internacional” e parte da política externa de Moscou para os países do então chamado Terceiro Mundo, sendo uma forma disfarçada dos soviéticos de “desestabilizar governos e nações”(ESG 1977-1978:237-238). Dessa forma os movimentos guerrilheiros de esquerdas eram vistas como meros instrumentos nas mãos técnicos militares soviéticos, chineses e cubanos.

Em nome da segurança nacional e do combate ao “inimigo interno” todas as instâncias da sociedade civil e do funcionalismo público foram enquadrados nas exigências de uma operação de guerra, neste ponto a ação de guerra psicológica tem um papel fundamental pois trata de manter a população afastada do “processo subversivo” e despolitizada. Com relação a repressão física fazem uso do terrorismo de Estado a fim intimidar os “inimigos internos”, é a partir daí que o Estado de segurança nacional faz uso sistemático dos órgãos de segurança e informações, que farão o policiamento político da sociedade, e que serão responsáveis em grande medida por prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimento forçado de pessoas.

A implementação do SISSEGINT em Belo Horizonte

No segundo semestre de 1970, o general presidente Garrastazu Médici expediu um documento contendo as *Diretrizes Especiais de Segurança Interna*. Essas diretrizes estabeleciam a criação do SISSEGINT. Estas diretrizes de acordo com Carlos Fico, não

foram estabelecidas por leis regulares ou atos institucionais, mas por medidas sigilosas preparadas pelo Conselho de Segurança Nacional contando com aprovação do presidente da República (Fico, 2001:111).

O objetivo expresso das *Diretrizes Especiais de Segurança Interna* e da implantação do SISSEGINT era destruir a estrutura física das organizações de esquerda, conter o “processo subversivo”, e impedir a rearticulação destes movimentos. Na visão da ESG a chamada “subversão de esquerda” é descrita da seguinte forma:

O processo subversivo praticado por grupo minoritário procura conturbar a vida nacional através de atos de terrorismo, assaltos, sequestros e uma série crescente de tentativas de perturbação da ordem, que possam conduzir a eclosão da luta interna. Esse processo busca conquistar as populações pela destruição dos princípios morais em que repousa a sociedade nacional. (ESG, 1977-1978 : 263)

Um dos documentos que estabeleceram as medidas normativas, redimensionando o papel das forças de segurança do Estado foi o Decreto nº 66.862, de julho de 1970, (<http://www.senado.gov.br/legislacao.action?id=197250>) assinado respectivamente pelos generais Médici e Orlando Geisel que estabelecia a Inspetoria Geral das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros. No documento está especificado o papel das polícias militares estaduais diante do que foi interpretado como perturbação da ordem, que está incluído “**atividades subversivas, tumultos, incêndios, depredações, destruições, roubos, sequestros, terrorismo, ações de grupos armados nas guerrilhas rurais e urbanas**”. O documento especifica também que as medidas repressivas, também chamadas de “defesa interna” devem ser conduzidas pelos governos estaduais com apoio do governo federal.

A exposição de motivos para a implementação deste sistema segundo alguns militares, era que as secretarias de segurança pública que estavam encarregadas da repressão nos estados até então, não tinham condições para enfrentar o terrorismo, e como as organizações armadas de esquerda agiam em várias partes do país as polícias estavam limitadas às esferas político-jurídicas. No capítulo VII do Decreto nº 66.862 no artigo 25, especifica que “as Polícias Militares integraram os serviços de informações e contra-informação do Exército, conforme dispuserem os comandantes de Exército ou Comandos Militares de Área, nas respectivas áreas de jurisdição”(Idem: www.senado.gov.br). Dessa forma polícia e Forças Armadas uniram esforços para reprimir o “inimigo interno”.

Os CODIs e os DOIs, a principal expressão do SISSEGINT, foram oficialmente implementados no Brasil em 1970. Em Belo Horizonte a Nota de Serviço nº 03 – E/2 do Quartel General da 4ª Infantaria Divisória(ID/4) - hoje 4ª Região Militar - estabelecia a

criação de um Núcleo-CODI/BH. O sistema é efetivamente implementado na capital mineira com a expedição da Nota de Serviço nº 1, de 21 de janeiro de 1971, que traz o estatuto de funcionamento do DOI-CODI/BH (APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4002, Imagem 139). A Nota estabeleceu que o Exército e outras forças de segurança juntariam-se no esforço da “Defesa Interna” - isto é na ação repressiva - na Subárea da ID/4 de Belo Horizonte.

Com a implementação do SISSEGINT, o território nacional foi dividido em seis Zonas de Defesa Interna (ZDIs). Os comandantes de Áreas de Defesa Interna (ADI) e Subáreas de Defesa Interna (SADI) ficaram subordinados aos comandantes de ZDI, cada comandante de ZDI, tinha um Conselho de Defesa Interna (CONDI), composto por altas autoridades, tinha como objetivo assessorar os comandantes de ZDI. Os comandantes de ADI e SADI estabeleceram seus CODIs para coordenar as medidas repressivas nas suas respectivas áreas de comando. Os comandantes de cada uma dessas subdivisões tinham a sua disposição, unidades de Exército presentes na área, da Polícia Militar, do Departamento de Ordem política e Social (DOPS), da Polícia Federal, do Corpo de Bombeiros e de as forças de segurança que dispusessem de órgãos de operações e informações (APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4002, Imagem 140).

O CODI era um centro normativo de comando e planejamento das medidas repressivas, que dispunha de um comandante, geralmente um coronel. Em Belo Horizonte foi dirigido pelo coronel Aníbal Augusto Joaquim Moreira, que estava subordinado ao comandante da ID/4 e da SADI/BH general Gentil Marcondes Filho, que dez anos mais tarde comandaria o I Exército e ficaria conhecido nacionalmente depois do caso Riocentro³. O CODI era um órgão colegiado comandado pelo chefe do Estado Maior do Exército da Área ou Subárea de Defesa Interna, lembramos que na SADI/BH não havia um Estado-Maior completo, cabia ao CODI coordenar, planejar e integrar as medidas repressivas inclusive as chamadas operações psicológicas, coordenar e integrar as informações, fazer ligações com todos os escalões superiores e subordinados, órgãos e repartições.

O braço operacional desta estrutura repressiva era o DOI, que ficava sob o controle da Segunda Seção do Estado-Maior (E/2) da ID/4 de Belo Horizonte. O DOI seria o órgão encarregado da assim chamada “guerra suja”, já que a noção de guerra interna concebida pelos

3. Em 1981 um grupo de militares lotados no DOI do Rio de Janeiro, promoveram um atentado fracassado contra o processo de abertura política em um show musical no Riocentro, um militar morreu e outro ficou gravemente ferido.

formuladores da Doutrina de Segurança Nacional previa a implementação de uma luta em todas as instancias da sociedade, e utilizando de todos os meios para combater o que eles entendiam como “Guerra Revolucionária”. Assim como o CODI, o DOI possuía uma composição mista, entre os quadros havia pessoal do Exército, Marinha, Aeronáutica, do Departamento de Polícia Federal, do DOPS, e da Polícia Militar, porém com função operativa e não normativa como no CODI. Era uma estrutura diferente de uma organização militar convencional adaptável às circunstancias. O DOI de Belo Horizonte, ficava localizado no 3º andar do DOPS/MG na avenida Afonso Pena nº 2331 e utilizava a carceragem do mesmo, e das penitenciárias do Estado, além as própria guarnição militar (APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4002, Imagem 142).

Os DOIs geralmente eram comandados por um tenente-coronel. No caso de Belo Horizonte com a criação do Núcleo-CODI/BH em 1970 a Seção de Operações que viria ser o DOI, foi comandada pelo major Antônio Gomes Ribeiro até a implementação definitiva do sistema DOI-CODI em 1971. No final do mesmo ano, o comando do DOI local, foi passado para o recém promovido major Orlando de Abreu Ferreira, que antes de assumir a direção do órgão foi encarregado da condução de vários IPMs sobre “atividades subversivas” na capital mineira.

Em Belo Horizonte a estrutura repressiva estava organizada da seguinte forma: subordinava-se ao comandante da ID/4 e da SADI/BH, o CODI, que coordenava as ações do DOI, que por sua vez tinha a seguinte organização: uma **seção de informações** chefiada por um capitão, seguido por um oficial de segunda seção do 12º Regimento de Infantaria, um tenente, mais auxiliares burocráticos. A **seção de operações**: chefiada por um capitão, mais dois tenentes do 12º RI, e auxiliares burocráticos geralmente sargentos e cabos compunham esta seção. Ela contava ainda com três equipes de busca: uma do 12º RI chefiada por um tenente, uma da PMMG chefiada por um sargento e outra do DOPS/MG chefiada por um inspetor (APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4002, Imagem 145). De certa forma as equipes das duas polícias estaduais disfarçavam o envolvimento direto das Forças Armadas na atividade repressiva. Ao DOI estava atribuído:

- Executar as missões de operações recebidas.
- Analisar o material apreendido, enviando o que houver de mais importante para a seção de informações.
- Interrogar presos.
- Controlar presos confinados.
- Realizar diligencias e investigações necessárias.
- Fazer a segurança das autoridades
- Criar equipes especializadas, de acordo com as necessidades.
- Realizar IPMs, sempre que o volume de serviço o permita. (APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4002, Imagem 142).

A composição de cada DOI variava bastante, tanto em tamanho quanto estrutura, em Belo Horizonte não sabemos até o momento o número de pessoas que trabalhavam neste destacamento, mas pelo visto havia um número maior de agentes do DOPS e da Polícia Militar comandados por oficiais do 12º RI da ID/4. As informações produzidas pelo SISSEGINT em Belo Horizonte eram encaminhadas para a agência local do SNI. Isto mostra a colaboração que havia entre o SISSEGINT e o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que com todos os outros órgãos dos ministérios civis e militares mais os das instâncias federais e estaduais, Divisões de Segurança e Informações (DSIs) e Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) etc, compunham essa mega-estrutura repressiva denominada “Comunidade de Informações”.

Fonte

- Arquivo Público Mineiro – Fundo DOPS/MG.
- www.senado.gov.br.

Bibliografia

- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão, *SNI e ABIN: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*, Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BACZKO, Bronislaw. - *Imaginação Social*, Enciclopédia Einaudi, Vol 5, Anthropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional -Casa da Moeda: 1985.
- D'ARAÚJO, Maria Celina e outros, *Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*, Rio de Janeiro, Relume Dumará: 1994.
- DIOUX, Jean Pierre, SIRINELLI, Jean-Fraçois, *Por uma História Cultural*, Lisboa, Estampa: 1998.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG), *Manual Básico 1977-1978*, Rio de Janeiro: ESG, 1977
- FICO, Carlos, *Como eles agiam - os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HUNTIGTON, Samuel p, *O Sodado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *Em guarda contra o “perigo vermelho” o anticomunismo no Brasil*, São Paulo: Fapesp, 2002.
- SILVA, Golbery do Couto e , *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro: Editor José Olímpio, 1967.
- STEPAN, Alfred, *Os Militares na Política: as mudanças na vida brasileira*. São Paulo: Artenova, 1975.